FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES



CONSULTA PÚBLICA N° 7/2017 - DE 4/4/2017 a 3/5/2017

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Consulta Pública sobre a proposta de** revisão da Resolução ANP nº 32, de 15 de outubro de 2012, que estabelece os casos em que os agentes econômicos poderão adotar medidas reparadoras de forma a ajustar sua conduta ao disposto na legislação aplicável e evitar a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, e no Decreto nº 2.953, de 28 de janeiro de 1999 e obter subsídios para a redação final da nova Resolução**.** | | | |
| AGENTE | ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO | JUSTIFICATIVA |
| **ABIQUIM** | **3º (sugestão de alteração de texto)** | De: O prazo para adoção de MRC é de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da ação de fiscalização.  Para: O prazo para adoção de MRC é de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da ação de recebimento do auto de notificação de fiscalização. | Tal alteração permitirá que a empresa tome conhecimento das condutas irregulares identificadas e possa atuar na sua correção, dentro do prazo estabelecido, contado a partir da ciência. |
| **ABIQUIM** | **Inserção de artigo nas disposições finais** | Inclusão de artigo:  Art. Xx. Nos casos não especificados anteriormente, os agentes econômicos, mediante requerimento do interessado e análise pela ANP, poderão adotar medidas reparadoras de forma a ajustar sua conduta ao disposto na legislação vigente, evitando a aplicação de penalidades. | A inserção desse artigo visa permitir que outros casos não especificados na resolução também possam ser objeto de MRC. De forma a permitir uma restrição do cabimento do requerimento e uma análise mais imparcial. A sugestão é de que a Agência inclua alguns requisitos adicionais (exemplos: desde que não seja reincidente, desde que a empresa não tenha propositadamente auferido lucro com a conduta, etc.). |
| **ABRAGAS** | **Art. 7º** | Art. 7º O revendedor de GLP poderá adotar MRC quando ficar caracterizado o não atendimento aos seguintes dispositivos:  Inserir parágrafo contemplando o Art.16 – parágrafo único da Resolução ANP nº 51, de 2 de dezembro de 2016  Parágrafo único. O revendedor de GLP somente poderá adquirir recipientes transportáveis de GLP cheios cujo rótulo do distribuidor de GLP contenha as seguintes informações:  a) data de envasilhamento;  b) distribuidor que realizou o envasilhamento;  c) distribuidor que realizará a comercialização;  d) indicação de que o gás é inflamável;  e) cuidados com a instalação manuseio e procedimentos em caso de vazamento;  f) telefone de assistência técnica; e  g) outras indicações que atendam às exigências do Código de Defesa do Consumidor. | É de conhecimento geral do setor que, os rótulos não tem aderência suficiente para se manter fixados nos recipientes transportáveis de GLP durante o transporte, fazendo com que uma grande parte dos recipientes cheguem as revendas sem o devido rótulo. |
| **ABRAGAS** | **Art. 7º** | Inserir parágrafo contemplando o Art. 3° , § 3º – da Resolução ANP nº 40, de 31 de julho de 2014  Art. 3º-É vedada ao revendedor de GLP a comercialização de recipientes transportáveis de GLP, cheios, que não observem o prazo de requalificação.  § 3º - Caso identifique recipiente que não se encontre nos prazos descritos no parágrafo anterior, ou sem identificação legível desses prazos, o revendedor de GLP deverá: I - segregá-lo;  II - marcá-lo, na lateral do corpo, de alto a baixo, com um "X" em tinta de cor vermelha, conforme ilustrações na página eletrônica da ANP (www.anp.gov.br), de forma que fique evidenciado não estar disponível para comercialização; e III - devolvê-lo ao distribuidor de GLP. | Devido as operações logísticas de transporte e armazenamento do GLP envasado torna-se impossível o revendedor de GLP principalmente os de classe III acima, que armazenam em blocos de 480 recipientes, checar e conferir um a um no momento da descarga, tendo em vista a movimentação ser feita em carrinhos empilhados com 4 unidades. |
| **ABRAGAS** | **Art. 7º** | Inserir parágrafo contemplando o parágrafo 4, 4.10 e 4.21 da ABNT 15514 /2007, versão corrigida 2008, adotado pela ANP através da Resolução 05/2008  4- Condições gerais de armazenagem  4.10 - A delimitação da área de armazenamento deve ser através de pintura no piso ou por meio de cerca de tela metálica, gradil metálico ou elemento vazado de concreto, cerâmica ou outro material resistente ao fogo, para assegurar ampla ventilação. Para áreas de armazenamento superiores à classe III, também demarcar com pintura no piso, o local para os lotes de recipientes.  4.21 Os recipientes de GLP cheios, vazios ou parcialmente utilizados devem ser dispostos em lotes. Os lotes de recipientes cheios podem conter até 480 recipientes de massa líquida igual a 13 kg, em pilhas de até quatro unidades e os lotes de recipientes vazios ou parcialmente utilizados até 600 recipientes de massa líquida igual a 13 kg, em pilhas de até cinco unidades. Entre os lotes de recipientes e entre esses lotes e os limites da área de armazenamento deve haver corredores de circulação com no mínimo 1,00 m de largura. Somente as áreas de armazenamento classes I e II não necessitam de corredores de circulação. | Ocorre intolerâncias nas operações de fiscalizações aos revendedores de GLP referente as cores já desgastadas ou diferenças mínimas nas medições dos corredores de circulações, feitas por agentes fiscalizadores gerando altas multas sem o agente econômico ter a oportunidade de repintar uma faixa ou ajustar centímetros apenas por causa da interpretação do agente fiscalizador. |
| **ABRAGAS** | **Art. 7º** | Inserir parágrafo contemplando o parágrafo 4.5 da ABNT 15514 /2007, versão corrigida 2008, adotado pela ANP através da Resolução 05/2008   4.5 - Os recipientes transportáveis de GLP devem ser armazenados sobre piso plano e nivelado, concretado ou pavimentado, de modo a permitir uma superfície que suporte carga e descarga, em local ventilado, ao ar livre, podendo ou não a (s) área (s) de armazenamento ser encoberta (s). | Tem ocorrido interdição total em PRGLP por motivos de avarias em parte da área de armazenamento (Ex: rachaduras no piso).  Deve haver o mesmo entendimento de interdição que é dado aos postos de combustíveis, onde interdita uma bomba (Bico), deixando o agente operar com as demais bombas.  No caso do PRGLP a partir do classe IV, interditar apenas o bloco ou blocos onde se localiza a avaria do piso e não a interdição total do agente econômico, deixando o mesmo sem condições de operar e manter suas atividades. |
| **BRASILCOM** | **Art. 11, I e II** | Aceitar o protocolo das Juntas Comerciais ou Secretarias de Fazenda | As Juntas comerciais e Secretarias de Fazenda, tem demorado mais de seis meses para liberar uma alteração contratual |
| **BRASILCOM** | **Art. 11** | Incluir a indicação de código incorreto no preenchimento do ISIMP | Existem milhares de códigos no ISIMP o que torna seu preenchimento facilmente sujeito a erros de digitação. |
| **BRASILCOM** | **Art. 11 III (novo)** | No caso de infrações relativas aos estoques mínimos previstos na RANP 45/2013, que sejam analisados e considerados os estoques médios mensais com base em análises anuais, e que seja possível a não aplicação de reincidência nos casos em que não haja ocorrido problema no abastecimento e, consequentemente, dano aos consumidores. | A utilização de análises bimensais para avaliar os estoques médios semanais tem resultado em penalização excessiva para as distribuidoras, considerando que a manutenção destes estoques resulta em custos de carregamento superiores à margem média auferida na venda dos produtos analisados. No caso de reincidências, então, estas consequências são ainda mais devastadoras ao resultado das empresas, tendo como consequência não a “educação e orientação dos agentes econômicos”(Decreto 2.455/1998) e sim a sua inviabilização. |
| **COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.** | **Art. 3º** | Art. 3º O prazo para adoção de MRC é de no mínimo 5 (cinco) dias úteis e máximo de 15 (quinze) dias úteis, conforme a complexidade da medida reparadora, contados a partir da data da ação de fiscalização. | Considera que na maioria dos casos o prazo de 05 dias úteis seria suficiente para o cumprimento da medida reparadora. Contudo, existem hipóteses que pode demandar maior prazo e, diante do principio da legalidade do ato administrativo, mesmo que o fiscal entenda a situação, não poderá alterar o prazo por estar vinculado ao estabelecido na norma. Assim, considera relevante que haja uma flexibilidade que concederá a oportunidade ao fiscal de conceder um prazo mais delongado se a execução da medida reparadora assim se justificar. |
| **COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.** | **DO REVENDEDOR DE GLP**  **Art. 7º** | DO REVENDEDOR DE GLP  Art. 7º O revendedor de GLP poderá adotar MRC quando ficar caracterizado o não atendimento aos seguintes dispositivos:  Afixação em local visível de aviso sobre lacre dos botijões de GLP, identificação e informações sobre o produto e sua utilização  I – parágrafo único do art. 11 da Resolução ANP nº 18, de 2 de setembro de 2004;  Exibição de placa, no local de estacionamento do(s) veículo(s) transportador(es) com o dizer "PROIBIDO O USO DE FOGO E DE QUALQUER INSTRUMENTO QUE PRODUZA FAÍSCA", com altura e forma adequadas  II – inc. VII do art. 2º da Resolução ANP nº 70, de 20 de dezembro de 2011;  Efetuação de alterações cadastrais, exceto relativas a endereço, a classe de armazenamento e ac de um distribuidor de GLP  III – caput do art. 9º da Resolução ANP nº 51, de 2 de dezembro de 2016, exceto alterações cadastrais relativas a endereço, a classe de armazenamento e a opção de exibir ou de não exibir a marca comercial de um distribuidor de GLP;  Exibição de placa que indique a(s) classe(s) de armazenamento existente(s) e a capacidade de armazenamento de GLP, em quilogramas, de cada classe  IV – item 4.25 da Norma Brasileira ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016;  Exibição de placa com os dizeres "PERIGO-INFLAMÁVEL" e "PROIBIDO O USO DE FOGO E DE QUALQUER INSTRUMENTO QUE PRODUZA FAÍSCA", com dimensões, altura e distâncias adequadas  V – item 4.26 da Norma Brasileira ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016;  Separação dos recipientes transportáveis de GLP cheios em pilhas de acordo com a(s) marca(s) de cada distribuidor de GLP  VI – art. 23 da Resolução ANP nº 51/2016;  Exibição de quadro de aviso  VII – inc. V do art. 26 da Resolução ANP nº 51/2016;  Solicitação de cancelamento da autorização, quando da desativação do ponto de revenda de GLP, sem que outra pessoa jurídica continue a operar no mesmo endereço  VIII – arts. 28 ou 34 da Resolução ANP nº 51/2016.  Distância de segurança para os limites do imóvel, locais de reunião de público, edificações.  IX – Itens da Tabela 3 da Norma Brasileira ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016;  Distância de segurança para aberturas para captação de águas pluviais, canaletas, ralos, rebaixos ou similares.  X – itens 4.2 e 4.23 da Norma Brasileira ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016;  Quantidade mínima de extintores e sistema preventivo fixo de combate a incêndios.  XI – itens 9.2, 9.3, 9.4 e Tabela 4 da Norma Brasileira ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016;  Previsão de líquido ou material para teste de vazamento na Revenda.  XII - item 4.27 da Norma Brasileira ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016;  Delimitação no piso da área de armazenamento de recipientes de GLP e corredores de circulação.  XIII - item 4.10, 4.11 e 4.21 da Norma Brasileira ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016;  Armazenamento de recipientes dentro da área de armazenamento e na posição vertical.  XIV – itens 4.20 e 4.24 da Norma Brasileira ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016;  Prazo de Requalificação de recipientes cheios de GLP  XV – Inciso VI do Art. 25º da Resolução ANP nº 51/2016 e Art. 3º da Resolução ANP nº 40/2014;  Distância de veículos estacionados em imóvel que possui área de armazenamento de recipientes de Gás LP  XVI - item 6.2 da Norma Brasileira ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016 e Incisos II, IV, V, VI e VII do Art. 2º, Art. 3º, Art. 5º e Art. 6º da Resolução ANP nº 70/2011;  Transporte de Recipientes de GLP na posição vertical  XVII – Art. 5º da Resolução ANP nº 26/2015;  Empilhamento de recipientes de GLP na área de armazenamento, estacionamento e transporte.  XVIII –Art. 6º e Art. 7º da Resolução ANP nº 26/2015, Tabela 2 e itens 4,18 e 4.19 da ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016, § 5º do Art. 1º, Tabela 1 e Inciso IV do Art. 2º da Resolução ANP nº 70/2011;  Piso da área de armazenamento de recipientes de GLP  XIX – Item 4.15 da ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016;  Outros materiais na área de armazenamento de recipientes de GLP  XX - Item 4.7 da ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016 e Art. 24 da mesma Resolução;  Rótulos de Risco e Painéis de Segurança de acordo com o padrão das normas ABNT  XXI – Art. 10 da Resolução ANP nº 26/2015;  Ficha de emergência, envelope de transporte e ficha de identificação da empresa  XXII – alíneas a e b do Art. 9 da Resolução ANP nº 26/2015;  Balança decimal calibrada  XXIII – Inciso VI do Art. 26 da Resolução ANP nº 51/2016;  Placa de preço preenchida  XXIV – Inciso III do Art. 26 da Resolução ANP nº 51/2016;  Manter na revenda de GLP documentos de outorga  XXV – Inciso I do Art. 26 da Resolução ANP nº 51/2016;  Preenchimento, guarda bienal e acompanhamento de NFs do Mapa de Controle de Movimento Mensal – MCMM  XXVI – Art. 3 da Portaria CNP/DIFIS nº 395/82.  Documentos de movimentação  XXVII – Inciso XI do Art. 26 da Resolução ANP nº 51/2016;. | Entende-se que qualquer obrigação que seja entrega, exposição ou apresentação de dados, ou ainda pequenas adequações de disposição do estabelecimento devem ser consideradas possíveis de ser concedido prazo razoável para seu cumprimento, em benefício do principio da eficiência do ato administrativo, sem que este fato invoque em prejuízo a segurança no exercício da atividade.  Portanto, faz-se coerente configurar como medida reparadora para as hipóteses previstas neste artigo, inclusive com base no principio da razoabilidade. |
| **COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.** | **DO DISTRIBUIDOR DE GLP**  **Art. 12** | DO DISTRIBUIDOR DE GLP  Art. 12. O distribuidor de GLP poderá adotar MRC quando ficar caracterizado o não atendimento aos seguintes dispositivos:  Informação de alterações cadastrais  I – caput e incisos do art. 17 da Resolução ANP nº 49, de 2 de dezembro de 2016;  Identificação da marca do distribuidor no veículo  II – Inciso XVIII do art. 41 da Resolução ANP nº 49/2016.  Fornecimento de GLP para outros usos  III – artigo 33 da Resolução ANP 49/2016;  Envio de Informações para a ANP  IV - Art. 5º da Resolução ANP 17/2004 e artigo 39 da Resolução ANP 49/2016;  Manter atualizados os documentos das fases de habilitação e outorga  V – Inciso I do artigo 41 da Resolução ANP 49/2016  Comercializar GLP em recipientes com rótulo de informações  VI – Alínea “a” do inciso IV do artigo 41, da Resolução ANP 49/2016;  Comercializar recipiente de GLP cheio vício de quantidade desconsiderando as tolerâncias metrológicas.  VII - Incisos VI e VII do artigo 41 da Resolução ANP 49/2016;  Dispor de balança decimal no estabelecimento  VIII - Inciso IX do artigo 41 da Resolução ANP 49/2016  Informar à ANP o término de contrato de carregamento rodoviário, cessão de espaço, com ou sem envasilhamento.  IX - Inciso XI do artigo 41 da Resolução ANP 49/2016;  Informações de telefone de assistência técnica no recipiente ou na área da Central de GLP  X - Inciso XV do artigo 41 da Resolução ANP 49/2016;  Comercializar recipientes que apresentem requisitos para requalificação  XI – Art. 37, Art. 38 e incisos III e VII do Art. 41, da Resolução ANP 49/2016 e Art. 1º e 2º da Resolução ANP 40/2014;  Delimitação no piso da área de armazenamento de recipientes de GLP e corredores de circulação.  XII - item 5.6.4, 5.6.5 da Norma Brasileira ABNT NBR 15186, adotada pelo caput do art. 1 da Resolução ANP nº 35/2005;  Empilhamento de recipientes transportáveis de GLP  XIII - item 5.6.6 da Norma Brasileira ABNT NBR 15186, adotada pelo caput do art. 1 da Resolução ANP nº 35/2005.  Cumprimento da ABNT NBR 15514  XIV – Aplicação de todas as medidas reparadoras expostas no artigo 7º desta Resolução referente a ABNT NBR 15514 em razão da adoção da alínea “a”, inciso III do artigo 15 da Res. ANP 49/2016  Impressão e entrega do Mapa de Controle de Movimento Mensal – MCMM  XV – Art. 2 da Portaria CNP/DIFIS nº 395/82.  Distância de veículos estacionados em imóvel que possui área de armazenamento de recipientes de Gás LP  XVII - Incisos II, IV, V, VI e VII do Art. 2º, Art. 3º, Art. 5º e Art. 6º da Resolução ANP nº 70/2011;  Empilhamento de recipientes de GLP na área de armazenamento, estacionamento e transporte.  XVIII – Inciso IV do Art. 2º da Resolução ANP nº 70/2011  Exibição de placa, no local de estacionamento do(s) veículo(s) transportador(es) com o dizer "PROIBIDO O USO DE FOGO E DE QUALQUER INSTRUMENTO QUE PRODUZA FAÍSCA", com altura e forma adequadas  XIX – inc. VII do art. 2º da Resolução ANP nº 70, de 20 de dezembro de 2011;  Comunicação de Incidentes e Acidentes  XX – Arts. 2º e 3º da Resolução ANP nº 44, de 22 de dezembro de 2009;  Transporte do Produto  XXI – Arts. 5, 6, 7, 8, 9º e 10 da Resolução ANP nº 26, de 27 de maio de 2015; | A atual legislação de medidas cautelares trata todo e qualquer requisito de segurança em distribuidoras e revendas de GLP como situação de grave e iminente risco, ou seja, se o perigo se transformar em ocorrência, as consequências serão graves e está prestes a acontecer, determinando interdição do local e apreensão de bens.  É notório que o GLP é um produto inflamável, podendo em determinadas condições explodir[[1]](#footnote-1), o que muitas vezes acabou por resultar em ocorrências com consequências graves. Contudo, análises de riscos não devem avaliar exclusivamente a gravidade das consequências para determinar o nível de ação de medidas preventivas ou cautelares, devem também considerar a probabilidade do perigo se transformar em uma ocorrência considerando as proteções existentes.  Baseado nesta premissa, as presentes propostas de alteração fundamentam-se no no fato que entende-se que qualquer obrigação que seja entrega, exposição ou apresentação de dados, ou ainda pequenas adequações de disposição do estabelecimento devem ser consideradas possíveis de ser concedido prazo razoável para seu cumprimento, em benefício do principio da eficiência do ato administrativo, sem que este fato invoque em prejuízo a segurança no exercício da atividade.  Portanto, faz-se coerente configurar como medida reparadora para as hipóteses previstas neste artigo, inclusive com base no principio da razoabilidade. |
| **ANP** | **Artigo 4º, Inc. I** | Exclusão da obrigatoriedade do RAQ. | O objetivo primordial do RAQ é induzir o agente econômico a realizar a verificação da qualidade do combustível que recebe antes de descarregá-lo no tanque da revenda. Ora, se foi dada a possibilidade, conforme prescrito no §2º do mesmo artigo, da mera transcrição das informações oriundas do distribuidor, perde sentido a obrigatoriedade do RAQ. Ou se exclui o §2º do artigo, ou se exclui a obrigatoriedade do próprio RAQ.  Sugiro que seja considerado o término da obrigatoriedade do RAQ pela revenda varejista de combustíveis, ao invés da inclusão do §4º do art. 3º da Resolução ANP nº 9, de 7 de março de 2007 na lista de MRCs. |
| **ANP** | **Artigo 4º, Inc. V** | Exclusão da obrigatoriedade da afixação do adesivo sobre o óleo diesel. | Considerando que a orientação para abastecimento de veículos fabricados a partir de 2012 apenas com óleo diesel com baixo teor de enxofre, iniciativa associada com o Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), está em vigor há mais de cinco anos, a obrigação para exibir o adesivo nas bombas de abastecimento de óleo diesel poderia ser dispensada;  Além disto, os manuais especificam que tipo de combustível deve ser utilizado pelo veículo, inclusive quanto à necessidade de apenas utilizar óleo diesel S10, se for o caso. Via de regra, o próprio manual, inclusive, adverte ao condutor que a utilização de outros combustíveis diferentes do especificado pode danificar o motor;  Hoje as bombas de abastecimento já possuem uma quantidade enorme de adesivos. Parte deles definidos pela própria ANP, outros, por órgãos estaduais. Isto gera uma verdadeira poluição visual nos equipamentos. Este é mais um argumento para erradicar a obrigatoriedade deste adesivo, ao invés de gerar mais um item passível de MRC. |
| **ANP** | **Artigo 4º, Inc. IX** | Exclusão deste inciso.  Não incluir a indicação de preço a prazo em painel de preço no elenco de obrigações passíveis de MRC. | O painel de preços é hoje um dos poucos mecanismos de defesa do consumidor de combustíveis no quesito preço. É importante instrumento que auxilia o consumidor na tomada de decisão quanto a abastecer ou não naquela revenda. Permitir aplicação de MRC nos casos de preço a prazo fragiliza este direito.  A Nota Técnica 4/2017/SFI, que serviu de base para justificar a ampliação do escopo das MRCs apresenta no item “III. Motivações” o que segue: “a conveniência de dotar de maior razoabilidade o processo de correção de irregularidades de menor potencial de risco ao abastecimento nacional de combustíveis, preservados os direitos do consumidor”. Permitir que seja aplicada MRC por um agente econômico não estar observando a exposição de todos os preços praticados, prejudica os direitos do consumidor.  O Decreto 5.903 de 20/11/2006, que regulamenta a Lei 10.962/2004 e dispõe sobre as práticas infracionais que atentam contra o direito básico do consumidor de obter informação adequada e clara sobre produtos e serviços, determina em Artigo 2º o seguinte: “Os preços de produtos e serviços deverão ser informados adequadamente, de modo a garantir ao consumidor a correção, clareza, precisão, ostensividade e legibilidade das informações prestadas.”.  Se considerarmos a obrigação de exibir o preço a prazo como sendo algo passível de aplicação de MRC, estaríamos considerando a clareza e a precisão das informações prestadas ao consumidor como algo de menor. Importante lembrar que é o preço do litro o parâmetro utilizado pelo consumidor para optar por abastecer ou não em determinada revenda. |
| **ANP** | **Artigo 4º, Inc. X** | Exclusão deste inciso.  Não incluir a identificação da condição de pagamento na bomba de abastecimento no elenco de obrigações passíveis de MRC. | Deve ser utilizado o mesmo raciocínio empregado no quesito anterior para solicitar a exclusão desta obrigação do rol de passível de aplicação de MRCs.  Além disto, o que vai indicar claramente ao consumidor qual bico de abastecimento está vendendo à vista ou a prazo, é sua indicação ostensiva no equipamento. Incluir este item no rol de MRCs pode estimular maus empresários a omitir esta informação nos equipamentos de abastecimento considerando que a penalidade máxima passível será aplicação de uma MRC.  Se há possibilidade do mau empresário auferir vantagem indevida por sonegar informação ao consumidor, este item deve ser tratado com todo rigor pela ANP. |
| **ANP** | **Artigo 8º, Inc. IV** | Exclusão da obrigatoriedade de manter os protocolos de recebimento e de aceite dos movimentos enviados mensalmente a ANP pelo DPMP. | Esta obrigação poderia ser extinta considerando que é uma informação que a ANP possui na base de dados do SIMP. |
| **ANP** | **Artigo 10, Inc. III** | Nova Redação:  “Abastecimento dos veículos somente por intermédio de equipamento medidor submetido ao controle metrológico do Inmetro ou empresa por ele credenciada quando a instalação se presta exclusivamente a abastecimento de veículo pertencente à pessoa física ou jurídica detentora do Ponto de Abastecimento” | A possibilidade de aplicação de MRC neste caso deveria ser cabível apenas quando a instalação se presta a abastecimento de veículo pertencente à pessoa física ou jurídica detentora do Ponto de Abastecimento. No caso de cooperativas, por exemplo, não havendo uma cobrança mais enérgica quanto à necessidade dos equipamentos medidores serem submetidos ao controle metrológico do Inmetro ou de empresa por ele credenciada, esta situação pode abrir brechas para prejuízos ao cooperado no quesito quantidade. |
| **ANP** | **Art. 7º**  **VIII** | Excluir o artigo | Dificuldade para aplicação da medida reparadora de conduta quando da desativação do ponto de revenda. |
| **SINDCOMB** | **Art. 4º** | Inclusão de inciso: “Fixação de adesivo nas bombas de etanol hidratado combustível conforme modelo disponibilizado pela ANP” (art. 27, da Resolução ANP 7/2011) | A adoção de medida reparadora de conduta nessa hipótese já era prevista pela Resolução ANP 32/2012, no art. 4º, IX. Contudo, foi suprimida na minuta de resolução em questão. Tal supressão não se coaduna com o propósito maior da nova resolução, que é justamente “ampliar o escopo do instituto da MRC”. Ademais, em situações semelhantes referentes à fixação de adesivos (incisos IV, V e XVIII do art. 4º da minuta), foi mantida a adoção da MRC. Não há razões, então, para suprimir essa possibilidade na hipótese do adesivo afixado nas bombas de etanol hidratado. |
| **SINDCOMB** | **Art. 4º** | Inclusão de inciso: “Fornecimento, ao consumidor, de combustível automotivo com especificação técnica diferente da estabelecida pela ANP, desde que em percentual que não prejudique a qualidade do combustível (art. 3º, II, da Lei 9847/99) | Há casos em que, não obstante a fiscalização da ANP verifique inconformidade do combustível, o percentual encontrado na análise não implica qualquer impropriedade ou inadequação ao consumo. Em outras palavras, o percentual apurado em análise não prejudica a qualidade do combustível e, por conseguinte, o desempenho do veículo. Ao contrário, há casos em que o combustível comercializado é ainda mais puro, de melhor qualidade. Trata-se da hipótese, por exemplo, de teor de etanol na gasolina em percentual pouco abaixo do limite previsto. Assim, a infração não deveria ser enquadrada no inciso XI do art. 3º da Lei 9847/99, mas sim no inciso II do mesmo artigo. Além disso, por se tratar de infração de menor gravidade, e levando em conta a razoabilidade na aplicação de penalidades, deve ser possível a adoção da MRC. |
| **SINDCOMB** | **Art. 4º** | Inclusão de inciso: “Fornecimento, ao consumidor, de combustível automotivo fora das especificações técnicas, salvo se se tratar de infração decorrente de análise possível de ser realizada pelo revendedor quando do recebimento do combustível pelo distribuidor” (item 3, do Regulamento Técnico 1,/2007, anexo à Resolução ANP 9/2007) | Não se discute que o revendedor varejista deve verificar a qualidade do combustível quando do seu recebimento pelo distribuidor. Contudo, há certas análises impossíveis de serem realizadas neste momento, no posto de combustíveis. É o caso das análises de ponto final de ebulição, ponto de fulgor, e teor de biodiesel no diesel, que só podem ser feitas em laboratórios especializados. Tanto é assim que tais análises não constam do item 3, do Regulamento Técnico 1,/2007, anexo à Resolução ANP 9/2007, que determina quais testes deve fazer o revendedor varejista para fins de controle de qualidade do combustível recebido do distribuidor. Assim, na hipótese de autuação nesses casos, deve ser possível a adoção da MRC, tendo em vista a menor gravidade da conduta infratora do revendedor. |
| **SINDCOMB** | **Art. 4º** | Inclusão de inciso: “Fornecimento, ao consumidor, de GNV com pressão máxima de abastecimento superior à permitida, salvo se exceder o limite máximo de 26,0 MPa (260 bar) (item 4.2, letra “b”, da ABNT NBR 11439) | O art. 23, I, da Resolução ANP 41/2013, determina que a pressão máxima de abastecimento para fornecimento de GNV seja de 22,0 MPa (220 bar), nos termos da norma ABNT NBR 11353-1 (item 4.46). Por outro lado, também é norma ABNT a NBR 11439, que prevê a pressão máxima de 260 bar para cilindros de alta pressão para armazenamento de gás natural (item 4.2, letra “b”). Trata-se de limite máximo que ainda garante a segurança no abastecimento, na forma da norma estabelecida pela ABNT. Assim, se a pressão de abastecimento estiver na faixa de 220 a 260 bar, não há riscos de segurança. Da mesma forma, não há prejuízos ao consumidor, uma vez que, quanto maior for a pressão de abastecimento, maior será a autonomia do veículo. Nesses casos, é de menor gravidade a conduta infratora do revendedor, devendo ser observada a razoabilidade na aplicação de penalidades. Como bem esclarecido na minuta de resolução sob análise, a ANP deve direcionar seus esforços para infrações de maior gravidade, garantindo melhores resultados para o mercado e para o consumidor. No caso, a pressão de abastecimento entre 220 e 260 bar deve ser considerada infração de menor gravidade a ensejar a adoção da MRC, pois não traz riscos à segurança, tampouco prejudica o consumidor. |
| **SINDCOMB** | **Art. 4º** | Inclusão de inciso: “Manutenção do termodensímetro em perfeito estado de conservação (art. 22, VII, da Resolução 41/2013) | Trata-se de infração de menor potencial ofensivo, principalmente se levado em consideração que eventual defeito no termodensímetro não interfere na qualidade ou volume do combustível fornecido ao consumidor. Assim, seguindo as diretrizes de educação e orientação dos agentes do setor, bem como a finalidade de ampliar o escopo da medida reparadora de conduta, deve ser possível a adoção da MRC. |
| **SINDICOM** | **Art.11**  **(Incluir inciso)** | Irregularidades formais no Memorial Descritivo e nas plantas mantidas nas bases de distribuição;  III – Anexo 1, itens V a XII, da Resolução ANP 42, de 19 de agosto de 2011; | Infração de natureza formal, de baixo potencial lesivo, e que não causa nenhum prejuízo à segurança operacional, ao controle de qualidade dos combustíveis e ao mercado de consumo |
| **SINDICOM** | **Art.11**  **(Incluir inciso)** | Limpeza das áreas operacionais;  IV – Itens 7.6.3 a 7.6.5, 11.6.3 e 11.6.4 ABNT 17505-2-2006, previstos na Resolução ANP 30, de 26 de outubro de 2006; | Infração de natureza formal, de baixo potencial lesivo, e que não causa nenhum prejuízo à segurança operacional, ao controle de qualidade dos combustíveis e ao mercado de consumo |
| **SINDICOM** | **Art.11**  **(Incluir inciso)** | Identificação dos dizeres “INFLAMÁVEL”, “É PROIBIDO FUMAR” e “É PROIBIDO O USO DE CELULAR” nas bases de distribuição;  V – Item 8.2.1 da ABNT 17505-2-2006, previsto na Resolução ANP 30, de 26 de outubro de 2006; | Infração de natureza formal, de baixo potencial lesivo, e que não causa nenhum prejuízo à segurança operacional, ao controle de qualidade dos combustíveis e ao mercado de consumo |
| **SINDICOM** | **Art.11**  **(Incluir inciso)** | Preenchimento dos envelopes de segurança das amostras-testemunhas;  VI – Item 5 do Regulamento Técnico ANP 01/07, anexo da Resolução ANP 09, de 03 de março de 2007; | Infração de natureza formal, de baixo potencial lesivo, e que não causa nenhum prejuízo à segurança operacional, ao controle de qualidade dos combustíveis e ao mercado de consumo |
| **SINDICOM** | **Art.11**  **(Incluir inciso)** | Art. 8º, §§ 3º e 4º, da Resolução ANP 19/2015 | Concessão de prazo de guarda de documentos – boletins de conformidade. |
| **SINDICOM** | **Art.11**  **(Incluir inciso)** | Art. 11 da Resolução ANP 19/2015 | Eventual falha na indicação da documentação não implica, necessariamente, na desconformidade do produto. Entendemos, portanto, que se trata de questão meramente formal, sem prejuízo da qualidade do combustível. |
| **SINDICOM** | **Art.11**  **(Incluir inciso)** | Art. 6º, §§ 5º, 6º e 7º, da Resolução ANP 40/2013 | Eventual falha na indicação da documentação não implica, necessariamente, na desconformidade do produto. Entendemos, portanto, que se trata de questão meramente formal, sem prejuízo da qualidade do combustível. |
| **SINDICOM** | **Art.11**  **(Incluir inciso)** | Art. 2º da Resolução ANP 17/2004 | O atraso no envio do DPMP pelo SIMP não implicará em qualquer prejuízo efetivo para a cadeia de distribuição, para os agentes regulados, consumidores, nem mesmo para a Agência. Não se questiona a necessidade de cumprimento do dispositivo, mas apenas se requer que antes da lavratura de um AI seja oportunizada a apresentação, ainda que extrapolado o prazo normativo. |
| **SINDICOM** | **Art.11**  **(Incluir inciso)** | Art. 5º da Resolução ANP 17/2004 | O atraso no envio do DPMP pelo SIMP não implicará em qualquer prejuízo efetivo para a cadeia de distribuição, para os agentes regulados, consumidores, nem mesmo para a Agência. Não se questiona a necessidade de cumprimento do dispositivo, mas apenas se requer que antes da lavratura de um AI seja oportunizada a apresentação, ainda que extrapolado o prazo normativo. |
| **SINDICOM** | **Art.11**  **(Incluir inciso)** | Art. 37, X, da Resolução ANP 58/2014 | A demora em informar à Agência o encerramento de um Contrato de Cessão de Espaço não implicará em prejuízo efetivo para a cadeia de distribuição, para os agentes regulados, consumidores, nem mesmo para a Agência. Dessa forma, entendemos razoável oportunizar a manifestação / informação sobre o encerramento do contrato sem necessidade da lavratura de um AI. |
| **SINDICOM** | **Art.11**  **(Incluir inciso)** | Art. 6º, §2º, da Resolução ANP 09/2007 | Eventual falha na indicação do nº. do Envelope de Segurança na Nota Fiscal não implica, necessariamente, na desconformidade do produto. Entendemos, portanto, que pode se trata de questão meramente formal, sem prejuízo da qualidade do combustível. |
| **SINDICOM** | **Art.11**  **(Incluir inciso)** | Art. 2º, §§ 1º, 3º e 4º II, da Resolução ANP 44/2013 | Eventual falha na indicação dos nº.s dos lacres e códigos SIMP na documentação fiscal não implica, necessariamente, na desconformidade do produto. O atendimento às especificações poderá ser confirmado em simples análise do mesmo, de modo que um equívoco na documentação deve ser considerado meramente formal, uma vez que não implicará em prejuízo à qualidade do combustível. |
| **SINDICOM** | **Art.11**  **(Incluir inciso)** | Art. 2º, § 2º, da Resolução ANP 44/2013 | A responsabilidade pela lacração dos veículos será do distribuidor fornecedor do produto embarcado, o que é natural e aceitável. É essencial distinguir, porém, a responsabilidade da obrigação de fazer. É possível haver a responsabilidade por ato de terceiro, de modo que se torna dispensável vincular a operação (lacração dos caminhões tanque) aos funcionários de cada distribuidora. |
| **SINDICOM** | **Art.11**  **(Incluir inciso)** | Inciso I do Art. 14 da Resolução ANP 42/2011 | A manutenção da documentação não representa falha na operação e não expõe a riscos a instalação, as pessoas ou o meio ambiente. É razoável, portanto, a concessão de prazo para apresentação de documentação que, eventualmente, não tenha sido disponibilizada em ato de fiscalização. Entendemos que se trata de questão meramente formal, admitindo a aplicação de MRC. |
| **SINDICOM** | **Art.11**  **(Incluir inciso)** | §2º do Art. 3º da Resolução ANP 42/2011; | A Norma NBR 17505, bem como as regras do INMETRO e ISO devem ser observadas. No entanto, há momentos em que a fiscalização exige posturas que não estão descritas nas normas técnicas, utilizando-as como fundamento para as autuações. Tratando-se de questões formais ou de menor relevância, ainda que amplamente aplicável o conjunto normativo técnico-complementar, é razoável que haja notificação para ajuste de eventual não conformidade antes da lavratura de auto de infração.  Nesta linha, é defensável que autuações em razão de problemas estruturais ou de segurança não são passiveis de solução no prazo concedido pelas MRC’s.  Logo, se a irregularidade apontada pela Agência for sanável no prazo da presente proposta, a conduta será de menor potencial lesivo tornando admissível, então, a aplicação da MRC. |
| **SINDICOM** | **Art.11**  **(Incluir inciso)** | Art. 1º da Resolução ANP 30/2006; | A Norma NBR 17505, bem como as regras do INMETRO e ISO devem ser observadas. No entanto, há momentos em que a fiscalização exige posturas que não estão descritas nas normas técnicas, utilizando-as como fundamento para as autuações. Tratando-se de questões formais ou de menor relevância, ainda que amplamente aplicável o conjunto normativo técnico-complementar, é razoável que haja notificação para ajuste de eventual não conformidade antes da lavratura de auto de infração.  Nesta linha, é defensável que autuações em razão de problemas estruturais ou de segurança não são passiveis de solução no prazo concedido pelas MRC’s.  Logo, se a irregularidade apontada pela Agência for sanável no prazo da presente proposta, a conduta será de menor potencial lesivo tornando admissível, então, a aplicação da MRC. |
| **SINDICOM** | **Art.16**  **(Incluir inciso)** | Envio de informações pelos produtores e distribuidoras de derivados de petróleo à ANP.  V- art 2º da Resolução ANP nº 17/2004 | A inclusão do inciso V ao art. 16 coaduna-se com o objetivo da resolução ANP 32/2012 uma vez que possibilitará que os agentes econômicos possam adotar medidas reparadoras de forma a ajustar sua conduta ao disposto na legislação aplicável, notadamente o art. 2º da Resolução ANP nº 17/2004, uma vez que a conduta descrita em tal dispositivo possui menor potencial de risco ao consumidor e ao mercado em geral e não consiste em vícios qualidade, quantidade e segurança nem se relaciona às autorizações necessárias para o exercício das atividades sujeitas à regulação da Agência. |
| **SINDICOM** | **Art. 16 inciso V** | Inclusão: Manter nas suas instalações documentação comprobatória das análises laboratoriais de desenvolvimento do produto, inciso VIII, Art. 26, da Res 18/09. | Atende plenamente aos considerandos e princípios orientadores desta Resolução; |
| **SINDICOM** | **Art. 16 inciso VI** | Inclusão: Alterações no Registro Art. 8 e 9, Res 22/2014. | Atende plenamente aos considerandos e princípios orientadores desta Resolução; |
| **SINDICOM** | **Art. 16 inciso VII** | Inclusão: Rotulagem. Incisos I a XVII, inclusive § 1°, do Art 12, da Res 22/2014. | Atende plenamente aos considerandos e princípios orientadores desta Resolução; |
| **SINDICOM** | **Art. 17 inciso II** | Inclusão: Alterações Cadastrais (incisos I, II, III e V, do Art. 9°, Res 17/09) | Atende plenamente aos considerandos e princípios orientadores desta Resolução; |
| **SINDICOM** | **Art. 17 inciso III** | Inclusão: Alterações Cadastrais ( inciso IV, do Art. 9°, Res 17/09, Somente exclusão) | Atende plenamente aos considerandos e princípios orientadores desta Resolução; |
| **PETROBRAS PETRÓLEO BRASILEIRO S.A** | **Inserção de artigo.** | DO REFINADOR  Art. 20 A. O refinador poderá adotar MRC quando ficar caracterizado o não atendimento aos seguintes dispositivos:  Envio da Licença de Operação, da cópia autenticada do protocolo de solicitação da renovação da Licença de Operação emitido pelo órgão ambiental e da cópia autenticada da renovação de Licença de Operação, em até 15 dias após sua renovação:   1. Inc. IV do art. 14 da Resolução ANP n.º 16/2010. | A PETROBRAS entende ser de grande valia a proposta de ampliação do escopo da Resolução ANP n.º 32/2012, a qual permite a adoção, pela Agência, de uma fiscalização com caráter mais pedagógico no que tange às infrações consideradas de menor relevância.  Nessa esteira, pretende a PETROBRAS sugerir a inserção, no rol de medidas reparadoras de conduta previstas na minuta da nova resolução, condutas relacionadas à sua atividade, que não estejam vinculadas à segurança, qualidade, quantidade e de autorização para o exercício das atividades sujeitas à regulação da ANP.   A PETROBRAS entende que o envio da cópia autenticada da renovação da Licença de Operação poderia ser incluída no rol das MCRs, tendo em vista que, por diversas vezes, há demora na emissão da LO pelo órgão Ambiental e a Companhia fica prejudicada no cumprimento da obrigação, dentro do prazo estabelecido pela Agência.  É importante esclarecer que a medida reparadora englobaria apenas o prazo para o envio, e não a obrigatoriedade de que o agente regulado tenha uma licença de operação válida. |
| **PETROBRAS PETRÓLEO BRASILEIRO S.A** | **Inserção de artigo.** | Art. 20 B. O refinador poderá adotar MRC quando ficar caracterizado o não atendimento aos seguintes dispositivos:  Envio de relatórios anuais:   1. Item 7.1 do Regulamento Técnico nº 1 da Resolução ANP n.º 16/2010. | Quanto aos itens (a) e (b), as informações solicitadas pela Agência já são fiscalizadas pelas entidades governamentais relacionadas ao meio ambiente, água e energia, razão pela qual a PETROBRAS sugere que tais obrigações de envio de relatório sejam inseridas no rol da nova Resolução.  Em relação aos itens (c) (d) (e), os referidos relatórios tratam apenas de compilação de informações prestadas pelos agentes regulados ao longo do ano, razão pela qual, a PETROBRAS entende que podem ser consideradas infrações de menor relevância e incluídas no rol da nova resolução. |
| **PETROBRAS PETRÓLEO BRASILEIRO S.A** | **Inserção de artigo.** | DOS CONCESSIONÁRIOS E EMPRESAS AUTORIZADAS PELA ANP  Art. 20 C. O concessionário ou empresa autorizada poderá adotar MRC quando ficar caracterizado o não atendimento aos seguintes dispositivos:  Envio do Relatório Detalhado de Incidentes.   1. Art. 3º, caput, da Resolução ANP n.º 44/2009; 2. Art. 3º, § 2º da Resolução ANP n.º 44/2009. | A PETROBRAS não pretende se furtar de apresentar à Agência as informações relativas aos incidentes ocorridos em suas unidades. Inclusive, por força da Resolução ANP n.º 5/2014, a realização do Relatório Detalhado é obrigatória. No entanto, a Companhia entende que a obrigação de encaminhamento do Relatório Detalhado pode se valer do benefício previsto pela nova Resolução, posto que o próprio artigo prevê, em seu § 4º, a possibilidade de maior prazo para envio. Além disso, em diversos momentos, após a comunicação do incidente, a própria Agência dispensa o envio do Relatório, demonstrando assim, que a obrigação do Art. 3º pode ser flexibilizada. |
| **PETROBRAS PETRÓLEO BRASILEIRO S.A** | **Inserção de artigo.** | PRODUTORES, COMPRADORES, VENDEDORES E IMPORTADORES DE GÁS NATURAL  Art. 20 D. O produtor de gás natural poderá adotar MRC quando ficar caracterizado o não atendimento aos seguintes dispositivos:  Enviar contratos de compra e venda de gás natural para registro na ANP:   1. Art. 11, caput, da Resolução ANP n.º 52/2011. | A PETROBRAS entende a importância do envio dos referidos contratos para registro na ANP. Contudo, entende que tal obrigação poderia ser considerada uma infração de menor relevância, uma vez que considera que o envio fora do prazo de 30 (trinta) dias não causaria prejuízo à indústria do gás. |
| **PETROBRAS PETRÓLEO BRASILEIRO S.A** | **Inserção de item** | Os atos normativos abaixo listados também são abrangidos pelas medidas reparadoras, aplicando-se, mutatis mutandis, as normas desta resolução:  Portaria ANP 249/2000 (Queimas e Perdas de Petróleo e Gás)  Resolução ANP 43/2007 (SGSO)  Resolução ANP 44/2009 (Comunicação de Incidentes)  Resolução ANP 02/2010 (RTSGI)  Resolução ANP 06/2011 (RTDT)  Resolução ANP 52/2013 (Análises Físico-Químicas)  Resolução ANP 18/2014 (Falha de Medição)  Resolução ANP 65/2014 (Envio de Dados SFP)  Resolução ANP 41/2015 (SGSS)  Resolução ANP 46/2016 (SGIP)  Portaria ANP 100/2000 (PAP)  Portaria ANP 123/2000 (PAT)  Portaria ANP 29/2001 (IED)  Resolução ANP 27/2006 (Desativação de Instalações)  Resolução ANP 03/2007 (Início de Atividades)  Resolução ANP 40/2009 (Preço do Gás)  Resolução ANP 11/2011 (Empresas de Aquisição de Dados)  Resolução ANP 19/2013 (Certificação de Conteúdo Local)  Resolução ANP 25/2013 (Individualização da Produção)  Resolução ANP 12/2014 (PE)  Resolução ANP 21/2014 (Fraturamento Hidráulico)  Resolução ANP 25/2014 (Devolução de Áreas Exploratórias)  Resolução ANP 30/2014 (PAD)  Resolução ANP 47/2014 (BAR)  Resolucao ANP 07/2014 (Coordenadas e Feições Geográficas)  Resolução ANP 71/2014 (Amostragem e Acesso)  Resolução ANP 17/2015 (PD)  Resolução ANP 44/2015 (Medição Multifásica)  Resolução ANP 50/2015 (P&D)  Resolução ANP 08/2016 (DAIA e DAPA)  Resolução ANP 20/2016 (Conteúdo Local Global Equivalente)  Resolução ANP 27/2016 (Relatório de CL)  Resolução ANP 33/2016 (Perfil Composto de Poço)  Resolução ANP 38/2016 (Anexação)  Resolucao ANP 39/2016 (Perfil de Poço) | Apesar do escopo proposto pela ANP englobar neste momento somente as atividades de DOWNSTREAM, entendemos que as motivações explicitadas na Nota Técnica nº4 /2017/SFI se aplicam também às atividades de UPSTREAM, quais sejam:  - a conveniência de dotar de maior razoabilidade o processo de correção de irregularidades de menor potencial de risco ao abastecimento nacional de combustíveis, preservados os direitos do consumidor;  - a conveniência de estabelecer procedimento de fiscalização de forma a que, previamente á aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente, seja possibilitada ao agente econômico a oportunidade de reparação de conduta irregular de menor potencial de risco ao consumidor e ao abastecimento nacional de combustíveis; e  - o direcionamento do esforço de fiscalização, em especial do julgamento de processos administrativos sancionadores, para infrações de maior potencial de risco, objetivando melhores resultados para o mercado e para o consumidor. |
| **FECOMBUSTÍVEIS** | **Art. 22** | Art. 22. A MRC de que trata a presente resolução não será aplicada novamente ao mesmo estabelecimento do agente econômico pelo período de 2 (dois) anos, desde que o novo inadimplemento flagrado seja relativo ao mesmo dispositivo que originou a adoção da MRC anterior. | O prazo de 2 (dois) anos é bastante razoável para que o agente econômico possa ser novamente beneficiado, visto que os itens passíveis da aplicação deste benefício são de pequena gravidade e sem prejuízo para o consumidor final. |
| **FECOMBUSTÍVEIS** | **Art. 4º**  **(acrescentar um inciso)** | Solicitação de cancelamento da autorização, quando da desativação do posto revendedor de combustíveis, sem que outra pessoa jurídica continue a operar no mesmo endereço.  🡺 art. 27 da Resolução ANP nº 41/2013. | Faz-se necessário acrescentar este inciso, para que a comunicação de cancelamento da autorização do revendedor entre no rol das infrações que permitem a MRC, como já consta para a revenda de GLP. |
| **FECOMBUSTÍVEIS** | **Art. 4º**  **(acrescentar um inciso)** | Manutenção do Certificado de Coleta de Óleo Usado ou Contaminado, referente à alienação mencionada no inciso XV do art. 22 da Resolução ANP 41/2013, pelo período de 6 (seis) meses.  🡺 inc. XVI do art. 22 da Resolução ANP n.º 41/2013. | Faz-se necessário acrescentar este inciso, vez que se trata de um documento obrigatório como é no caso da FISPQ, planta simplificada, boletim de conformidade e Registro de Análise, onde a ausência destes últimos já estão contemplados como MRC. |
| **FECOMBUSTÍVEIS** | **Art. 4º**  **(acrescentar um inciso)** | Exibição do adesivo do Termodensímetro instalado nas bombas medidoras de AEHC, contendo as instruções de funcionamento.  🡺 item 4.2 do Regulamento Técnico ANP nº 1/2007, anexo à Resolução ANP nº 9/2007. | Faz-se necessário acrescentar este inciso, por se tratar de um adesivo obrigatório, cujos outros modelos já foram contemplados pela MRC. |
| **FECOMBUSTÍVEIS** | **Art. 4º**  **(acrescentar um inciso)** | Localização do painel de preços  🡺 caput do art. 18 da Resolução ANP nº 41/2013 | Por se tratar de matéria sujeita à analise subjetiva do fiscal – de modo destacado e de fácil visualização – as empresas ficam sujeitas ao arbítrio do fiscal. Entendemos que não se trata de medida prejudicial aos consumidores, sendo justo permitir ao Posto que em 5 dias adeque a localização de seu painel de preços. |
| **ABEDA** | |  | | --- | | **Art. 14** | | |  | | --- | | II - caput e incisos I, II, IV, VI e IX do art. 19 da Resolução ANP nº 2, de 14 de janeiro de 2005; | | |  | | --- | | Obrigações de cunho informativo perante ANP, cujo grau de gravidade é considerado baixo, eis que eventualmente puníveis no máximo com advertência. | |
| **ABEDA** | **Art. 14** | |  |  | | --- | --- | | III – prazos e forma de comunicação estabelecidos nos artigos 2º e 3º e Anexo I e II da Resolução ANP nº 44, de 22 de dezembro de 2009; |  | | |  | | --- | | A demora em comunicar o incidente ou o envio de relatórios incompletos não podem ser consideradas condutas graves, capazes de afastar a adoção da MRC. | |
| **ABEDA** | **Art. 14** | |  | | --- | | IV – artigos 4º a 7º da Resolução ANP nº 36, de 13 de novembro de 2012; | | |  | | --- | | Obrigações de menor gravidade. | |
| **ABEDA** | **Art. 14** | |  | | --- | | V – artigos 14 e 19 da Resolução ANP nº 42, de 18 de agosto de 2011; | | |  | | --- | | Obrigações de cunho informativo perante ANP, cujo grau de gravidade é considerado baixo. | |
| **ABEDA** | **Art. 14** | |  | | --- | | VI – artigos 4º a 6º da Resolução ANP nº 32, de 21 de setembro de 2010; | | |  | | --- | | Obrigações de menor gravidade. | |
| **ABEDA** | **Art. 14** | |  | | --- | | VII – artigo 1º da Resolução ANP nº 27, de 18 de setembro de 2008; | | |  | | --- | | Obrigações de cunho informativo perante ANP, cujo grau de gravidade é considerado baixo. | |
| **ABEDA** | **Art. 14** | VIII - artigos 4º a 6º da Resolução ANP nº 39, de 24 de dezembro de 2008; | Obrigações de menor gravidade. |
| **ABEDA** | **Art. 14** | IX - artigos 4º e 5º da Resolução ANP nº 30, de 09 de outubro de 2007; | Obrigações de menor gravidade. |
| **ABEDA** | **Art. 14** | X - artigos 3º a 5º da Resolução ANP nº 19, de 11 de julho de 2005; | Obrigações de menor gravidade. |
| **SINDIGAS** | **Art. 7º** | DO REVENDEDOR DE GLP  Art. 7º O revendedor de GLP poderá adotar MRC quando ficar caracterizado o não atendimento aos seguintes dispositivos:  Afixação em local visível de aviso sobre lacre dos botijões de GLP, identificação e informações sobre o produto e sua utilização  I – parágrafo único do art. 11 da Resolução ANP nº 18, de 2 de setembro de 2004;  Exibição de placa, no local de estacionamento do(s) veículo(s)  transportador(es) com o dizer "PROIBIDO O USO DE FOGO E DE QUALQUER INSTRUMENTO QUE PRODUZA FAÍSCA", com altura e forma adequadas  II – inc. VII do art. 2º da Resolução ANP nº 70, de 20 de dezembro de 2011;  Efetuação de alterações cadastrais, exceto relativas a endereço, a classe de armazenamento e ac de um distribuidor de GLP  III – caput do art. 9º da Resolução ANP nº 51, de 2 de dezembro de 2016, exceto alterações cadastrais relativas a endereço, a classe de armazenamento e a opção de exibir ou de não exibir a marca comercial de um distribuidor de GLP;  Exibição de placa que indique a(s) classe(s) de armazenamento existente(s) e a capacidade de armazenamento de GLP, em quilogramas, de cada classe  IV – item 4.25 da Norma Brasileira ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016;  Exibição de placa com os dizeres "PERIGO-INFLAMÁVEL" e "PROIBIDO O USO DE FOGO E DE QUALQUER INSTRUMENTO QUE PRODUZA FAÍSCA", com dimensões, altura e distâncias adequadas  V – item 4.26 da Norma Brasileira ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016;  Separação dos recipientes transportáveis de GLP cheios em pilhas de acordo com a(s) marca(s) de cada distribuidor de GLP  VI – art. 23 da Resolução ANP nº 51/2016;  Exibição de quadro de aviso  VII – inc. V do art. 26 da Resolução ANP nº 51/2016;  Solicitação de cancelamento da autorização, quando da desativação do ponto de revenda de GLP, sem que outra pessoa jurídica continue a operar no mesmo endereço  VIII – arts. 28 ou 34 da Resolução ANP nº 51/2016.  Distância de segurança para os limites do imóvel, locais de reunião de público, edificações.  IX – Itens da Tabela 3 da Norma Brasileira ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016;  Distância de segurança para aberturas para captação de águas pluviais, canaletas, ralos, rebaixos ou similares.  X - item 4.23 da Norma Brasileira ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016;  Quantidade mínima de extintores e sistema preventivo fixo de combate a incêndios.  XI – itens 9.2, 9.3, 9.4 e Tabela 4 da Norma Brasileira ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016;  Previsão de líquido ou material para teste de vazamento na Revenda.  XII - item 4.27 da Norma Brasileira ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016;  Delimitação no piso da área de armazenamento de recipientes de GLP e corredores de circulação.  XIII - item 4.10, 4.11 e 4.21 da Norma Brasileira ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016;  Armazenamento de recipientes dentro da área de armazenamento e na posição vertical.  XIV – itens 4.20 e 4.24 da Norma Brasileira ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016;  Prazo de Requalificação de recipientes cheios de GLP  XV – Inciso VI do Art. 25º da Resolução ANP nº 51/2016 e Art. 3º da Resolução ANP nº 40/2014;  Distância de veículos estacionados em imóvel que possui área de armazenamento de recipientes de Gás LP  XVI - item 6.2 da Norma Brasileira ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016 e Incisos II, IV, V, VI e VII do Art. 2º, Art. 3º, Art. 5º e Art. 6º da Resolução ANP nº 70/2011;  Transporte de Recipientes de GLP na posição vertical  XVII – Art. 5º da Resolução ANP nº 26/2015;  Empilhamento de recipientes de GLP na área de armazenamento, estacionamento e transporte.  XVIII –Art. 6º e Art. 7º da Resolução ANP nº 26/2015, Tabela 2 e itens 4,18 e 4.19 da ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016, § 5º do Art. 1º, Tabela 1 e Inciso IV do Art.  2º da Resolução ANP nº 70/2011;  Piso da área de armazenamento de recipientes de GLP  XIX – Item 4.15 da ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016;  Outros materiais na área de armazenamento de recipientes de GLP  XX - Item 4.7 da ABNT NBR 15514, adotada pelo caput do art. 19 da Resolução ANP nº 51/2016 e Art. 24 da mesma Resolução;  Rótulos de Risco e Painéis de Segurança de acordo com o padrão das normas ABNT  XXI – Art. 10 da Resolução ANP nº 26/2015;  Ficha de emergência, envelope de transporte e ficha de identificação da empresa  XXII – alíneas a e b do Art. 9 da Resolução ANP nº 26/2015;  Balança decimal calibrada  XXIII – Inciso VI do Art. 26 da Resolução ANP nº 51/2016;  Placa de preço preenchida  XXIV – Inciso III do Art. 26 da Resolução ANP nº 51/2016;  Manter na revenda de GLP documentos de outorga  XXV – Inciso I do Art. 26 da Resolução ANP nº 51/2016;  Preenchimento, guarda bienal e acompanhamento de NFs do Mapa de Controle de Movimento Mensal – MCMM  XXVI – Art. 3 da Portaria CNP/DIFIS nº 395/82. | Inicialmente é importante destacar que a atual legislação de  medidas cautelares acaba tratando todo e qualquer requisito  de segurança em distribuidoras e revendas de GLP como  situação de grave e iminente risco. E outras palavras, se o  perigo se transformar em ocorrência, as consequências são  consideradas graves e iminentes, determinando interdição do  local e apreensão de bens.  É notório que o GLP é um produto inflamável, podendo em  determinadas condições explodir1, o que muitas vezes  acabou por resultar em ocorrências com consequências  graves. Contudo, análises de riscos não devem avaliar  exclusivamente a gravidade das consequências para  determinar o nível de ação de medidas preventivas ou  cautelares, devem também considerar a probabilidade do  perigo se transformar em uma ocorrência considerando as  proteções existentes.  1 *O GLP só explode quando em proporções de 1:9 com ar atmosférico e em confinamento de espaço, caso contrário quanto ao confinamento, ele é apenas inflamável.*  Baseado nesta premissa, as presentes propostas de  alteração fundamentam-se no Estudo Técnico anexo a esta  proposta, que avalia os riscos usando a metodologia do  FMEA – Failure Mode and Effect Analisys, em tradução livre,  Análise do modo de falhas e efeitos, e também a metodologia  de avaliação de riscos do British Standard 8800/2004 -  Occupational health and Safety management systems –  Guide, em tradução livre, Sistemas de Gestão de Saúde e  Segurança Ocupacional – Guia.  Estas duas metodologias juntas avaliam o risco considerando  a probabilidade e consequência, classificando os riscos em  Intolerável, Substancial, Moderado, Tolerável e Trivial, e  também dá diretrizes para o nível de ação para cada um  destes riscos.  No que tange à probabilidade de ocorrências de incêndio ou  explosão com GLP em revendas e distribuidoras de GLP, há  de se considerar que:  • Vazamentos de GLP precisam alcançar, no mínimo,  1,86% do volume do ambiente para, na presença de uma  fonte de ignição, iniciar um incêndio ou causar uma  explosão;  • Vazamentos de GLP, em geral, tem vazão média de 5  (cinco) gramas por hora, levando um tempo considerável  para alcançar o limite inferior de explosividade (ver  exemplo no Estudo Técnico);  • Estudos feitos pela Wilbur Walls e publicado na norma  americana NFPA 58, preveem que a uma distância de  3,0m da fonte de um vazamento de GLP causado pelo  indicador de nível máximo de um P190 (alta pressão), é  de 20% do Limite Inferior de Explosividade – LIE, o que os  prevencionistas consideram como limite seguro, já a  distância de 7,5m a concentração de GLP é nula (ver  dados completos no Estudo Técnico);  • A eficiência na verificação de vazamentos nas bases de  engarrafamento é de 99,5%, ou seja, somente 0,5% dos  recipientes transportáveis de GLP chegam às revendas  com vazamento, em sua maioria, microvazamentos com  vazão da ordem de 5g/h, como já citado;  • Segundo estes dados, cerca de 30% das revendas do  Brasil (revendas classe I), recebem, na média estatística,  1 botijão a cada 5 pedidos completos, 37% das revendas  do Brasil são classe II, estas recebem, em média, 1 botijão  com vazamento a cada 2 pedidos; e  • A frequência de ocorrências também é um fator  importante a ser considerado no momento de definir  probabilidade de riscos. O Corpo de Bombeiros do Estado  de São Paulo, que abriga 17% das revendas do Brasil,  informou através de resposta a solicitação de  informações, que não há ocorrência de incêndios em  Revendas de GLP, pelo menos, desde o ano de 2014, isto  também é fato para Distribuidoras de GLP.  O Estudo Técnico apresentado anexo2 a esta proposta avalia  os riscos que os requisitos da legislação se propõem a  prevenir, e sugere níveis de ação. Riscos intoleráveis e  substanciais, como demonstra o Estudo técnico, merecem  uma intervenção para interdição e apreensão de bens, porém  riscos avaliados como moderados, toleráveis e triviais,  podem, de forma segura, ser alvo de Medidas Reparadoras.  Os requisitos que não são de segurança, mas são de qualidade ou de proteção do consumidor, foram avaliados considerando o impacto para a sociedade.  2 ESTUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS DA LEGISLAÇÃO DO GLP |
| **SINDIGAS** | **DO**  **DISTRIBUIDOR**  **DE GLP**  **Art. 12** | DO DISTRIBUIDOR DE GLP  Art. 12. O distribuidor de GLP poderá adotar MRC quando ficar caracterizado o não atendimento aos seguintes dispositivos:  Informação de alterações cadastrais  I – caput e incisos do art. 17 da Resolução ANP nº 49, de 2 de dezembro de 2016;  Identificação da marca do distribuidor no veículo  II – Inciso XVIII do art. 41 da Resolução ANP nº 49/2016.  Fornecimento de GLP para outros usos  III – artigo 33 da Resolução ANP 49/2016;  Envio de Informações para a ANP  IV - Art. 5º da Resolução ANP 17/2004 e artigo 39 da Resolução ANP 49/2016;  Manter atualizados os documentos das fases de habilitação e outorga  V – Inciso I do artigo 41 da Resolução ANP 49/2016  Comercializar GLP em recipientes com rótulo de informações  VI – Alínea “a” do inciso IV do artigo 41, da Resolução ANP 49/2016;  Comercializar recipiente de GLP cheio vício de quantidade  desconsiderando as tolerâncias metrológicas.  VII - Incisos VI e VII do artigo 41 da Resolução ANP 49/2016;  Dispor de balança decimal no estabelecimento  VIII - Inciso IX do artigo 41 da Resolução ANP 49/2016  Informar à ANP o término de contrato de carregamento rodoviário, cessão de espaço, com ou sem envasilhamento.  IX - Inciso XI do artigo 41 da Resolução ANP 49/2016;  Informações de telefone de assistência técnica no recipiente ou na área da Central de GLP  X - Inciso XV do artigo 41 da Resolução ANP 49/2016;  Comercializar recipientes que apresentem requisitos para requalificação  XI – Art. 37, Art. 38 e incisos III e VII do Art. 41, da Resolução ANP  49/2016 e Art. 1º e 2º da Resolução ANP 40/2014;  Delimitação no piso da área de armazenamento de recipientes de GLP e corredores de circulação.  XII - item 5.6.4, 5.6.5 da Norma Brasileira ABNT NBR 15186, adotada pelo caput do art. 1 da Resolução ANP nº 35/2005;  Empilhamento de recipientes transportáveis de GLP  XIII - item 5.6.6 da Norma Brasileira ABNT NBR 15186, adotada pelo caput do art. 1 da Resolução ANP nº 35/2005. | A atual legislação de medidas cautelares trata todo e qualquer  requisito de segurança em distribuidoras e revendas de GLP  como situação de grave e iminente risco, ou seja, se o perigo  se transformar em ocorrência, as consequências serão graves  e está prestes a acontecer, determinando interdição do local e  apreensão de bens.  É notório que o GLP é um produto inflamável, podendo em  determinadas condições explodir3, o que muitas vezes acabou  por resultar em ocorrências com consequências graves.  3 *O GLP só explode quando em proporções de 1:9 com ar atmosférico e em confinamento de espaço, caso contrário quanto ao confinamento, ele é apenas inflamável.*  Contudo, análises de riscos não devem avaliar exclusivamente a gravidade das consequências para determinar o nível de ação de medidas preventivas ou cautelares, devem também considerar a probabilidade do perigo se transformar em uma ocorrência considerando as proteções existentes.  Baseado nesta premissa, as presentes propostas de alteração  fundamentam-se no Estudo Técnico anexo a esta proposta,  que avalia os riscos usando a metodologia do FMEA – Failure  Mode and Effect Analisys, em tradução livre, Análise do modo  de falhas e efeitos, e também a metodologia de avaliação de riscos do British Standard 8800/2004 - Occupational health and Safety management systems – Guide, em tradução livre, Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional – Guia.  Estas duas metodologias juntas avaliam o risco considerando  a probabilidade e consequência, classificando os riscos em Intolerável, Substancial, Moderado, Tolerável e Trivial, e também dá diretrizes para o nível de ação para cada um destes riscos.  No que tange à probabilidade de ocorrências de incêndio ou  explosão com GLP em revendas e distribuidoras de GLP, há  de se considerar que:  • Vazamentos de GLP precisam alcançar, no mínimo,  1,86% do volume do ambiente para, na presença de uma  fonte de ignição, iniciar um incêndio;  • Vazamentos de GLP, em geral, tem vazão média de 5  (cinco) gramas por hora, levando um tempo considerável  para alcançar o limite inferior de explosividade (ver  exemplo no Estudo Técnico);  • Estudos feitos pela Wilbur Walls e publicado na norma  americana NFPA 58, preveem que a uma distância de  3,0m da fonte de um vazamento de GLP causado pelo  indicador de nível máximo de um P190 (alta pressão), é  de 20% do Limite Inferior de Explosividade – LIE, o que os  prevencionistas consideram como limite seguro, já a  distância de 7,5m a concentração de GLP é nula (ver  dados completos no Estudo Técnico);  • A eficiência na verificação de vazamentos nas bases de  engarrafamento é de 99,5%, ou seja, somente 0,5% dos  recipientes transportáveis de GLP chegam às revendas  com vazamento, em sua maioria, microvazamentos com  vazão da ordem de 5g/h, como já citado;  • Segundo estes dados, cerca de 30% das revendas do  Brasil (revendas classe I), recebem, na média estatística,  1 botijão a cada 5 pedidos completos, 37% das revendas  do Brasil são classe II, estas recebem, em média, 1 botijão  com vazamento a cada 2 pedidos; e  • A frequência de ocorrências também é um fator  importante a ser considerado no momento de definir  probabilidade de riscos. O Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, que abriga 17% das revendas do Brasil, informou através de resposta a solicitação de informações, que não há ocorrência de incêndios em Revendas de GLP, pelo menos, desde o ano de 2014, isto também é fato para Distribuidoras de GLP.  O Estudo Técnico apresentado anexo4 a esta proposta avalia os riscos que os requisitos da legislação se propõem a prevenir, e sugere níveis de ação. Riscos intoleráveis e substanciais, como demonstra o Estudo técnico, merecem uma intervenção para interdição e apreensão de bens, porém riscos avaliados como moderados, toleráveis e triviais, podem ser alvo de Medidas Reparadoras.  4 ESTUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS DA LEGISLAÇÃO DO GLP  Os requisitos que não são de segurança, mas são de qualidade ou de proteção do consumidor, foram avaliados considerando o impacto para a sociedade. |
| **SIMEPETRO** | **Artigo 16** | V – caput, incisos e parágrafos do artigo 12 da Resolução ANP nº 22/2014. | Por medida de isonomia entre os agentes de mercado regulados pela ANP e por não se tratar de conduta caracterizada por vício de qualidade, quantidade ou segurança, mas sim de infração de pequeno potencial lesivo, o artigo 12 da RANP nº 22/2014, que trata sobre as informações que devem constar nos rótulos de óleos lubrificantes acabados, deverá ser incluído como passível de correção (adequação do rótulo com informação faltante ou incorreta no prazo fixado) mediante o instituto das MRC na RANP nº 32/2012. |
| **SIMEPETRO** | **Artigo 16** | Subsidiário:  V – Caput, incisos V a XVII e parágrafos do artigo 12 da Resolução ANP nº 22/2014 | Pedido subsidiário ao listado acima, caso se entenda que as informações constantes nos incisos I a IV do artigo 12 da RANP  nº 22/2014 contemplem as informações relevantes e inafastáveis para o consumidor (natureza do produto, grau de viscosidade, nível de desempenho e dosagem). |
| **SIMEPETRO** | **Artigo 16** | VI – Parágrafo 2º do artigo 18 da Resolução ANP nº 22/2014, no que se refere  a infrações relativas a não conformidade do óleo lubrificante acabado em  relação ao registro mantido perante a ANP. | A não conformidade do óleo lubrificante acabado em relação ao  registro mantido perante a ANP, hipótese em que o produto não  se torna impróprio para o consumo, é conduta que não possui  natureza de vício de qualidade, quantidade ou segurança, mas  sim uma infração de pequeno potencial lesivo, formal e  documental, de modo a comportar a correção (submeter à ANP,  no prazo assinalado e nos termos do artigo 10 da RANP nº 22/2014, solicitação de inclusão de formulação alternativa)  mediante o instituto das MRC previsto RANP nº 32/2012. |
| **SIMEPETRO** | **Artigo 16** | VII – Artigo 26, III e 27 da Resolução ANP nº 18/2009 | O atraso no envio ou envio de informações equivocadas de  movimentação de produtos através do SIMP caracteriza infração de pequeno potencial lesivo e que em nada importa em vício de qualidade, quantidade ou segurança para o consumidor ou para a Agência, devendo estar sujeito a correção (mediante a remessa ou alteração das movimentações dentro do prazo assinalado) mediante o instituto das MRC previsto na RANP nº 32/2012. |
| **SIMEPETRO** | **Artigo 16** | VIII – Artigo 26, II da Resolução ANP nº 18/2009 | Nos casos de fiscalização in loco pelo agente da ANP, caso seja  constatada a realização de alteração na instalação do produtor  de óleo lubrificante acabado sem a autorização previa da ANP,  sugere-se a inclusão de MRC na RANP nº 32/2012 no sentido  de permitir ao agente de mercado, no prazo assinalado, comprovar que as alterações não acarretaram em modificação da capacidade de produção ou armazenamento. |

1. *O GLP só explode quando em proporções de 1:9 com ar atmosférico e em confinamento de espaço, caso contrário quanto ao confinamento, ele é apenas inflamável.* [↑](#footnote-ref-1)